



MESA DE MONITORAMENTO DAS

DEMANDAS SOCIAIS

Destaques no Atendimento
às Pautas do Campo

MAIO DE 2013

Secretaria-Geral da
Presidência da República

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Sumário

1) Introdução.....	3
2) Combate aos efeitos da seca - medidas de convivência com o Semiárido.....	3
3) Crédito Fundiário e Renegociação de Dívidas.....	4
4) Crédito - Plano Safra 2012/2013.....	5
5) Reforma Agrária – Novas diretrizes	5
6) Agroindustrialização - Programa Terra Forte.....	7
7) Superação da Pobreza Rural	8
8) Políticas para as Mulheres Rurais:	9
9) Juventude Rural.....	10
10) Política de Desenvolvimento Territorial.....	10
11) Anúncio da criação de Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural ANATER	11
12) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	11
13) PNAE - Alimentação escolar: compras da agricultura familiar.....	11
14) Agroecologia	12
15) Minha Casa Minha Vida chega aos Assentamentos.....	12
16) Brasil Sem Miséria	13
17) Brasil Carinhoso.....	15
18) Educação em Tempo Integral.....	16
19) Reestruturação do Currículo Escolar.....	16
20) Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).....	17
21) Educação Digital	19
22) Educação Profissional e Tecnológica.....	19
23) PRONATEC Brasil sem Miséria.....	19
24) Ciência sem Fronteiras	20
25) Saúde.....	20
26) Implantação de 50 Unidades Básicas de Saúde Fluvial, 27 na Região Amazônica.....	20
27) Rede Cegonha	21
28) Cadastramento e qualificação permanente das parteiras tradicionais e a sua remuneração pelo SUS mediante serviços prestados às comunidades	21
29) Mapa da Saúde das Populações do Campo e da Floresta.....	22
30) Plano Integrado de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos.....	22
31) Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta em todos os níveis de gestão do SUS, efetivando o Plano Operativo pactuado na CIT – Comissão Intergestores Tripartite.....	25

- 32) Dotação e implementação de uma política de valorização e interiorização de profissionais de saúde, em especial para municípios de pequeno porte, e para comunidades rurais.....25
- 33) Implementar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta26
- 34) Orçamento e Recursos específicos para a saúde quilombola no âmbito dos municípios26
- 35) Capacitação dos Agentes de Saúde que atuam nas Comunidades Quilombolas26
- 36) Política Nacional de Promoção da Equidade, conforme Art. 11ª e 13ª do26
Decreto nº 7.50826
- 37) Atendimento Odontológico – Programa Brasil Sorridente27
- 38) Política de Valorização dos Trabalhadores/as da Saúde no SUS que atuam em municípios rurais.27
- 39) Pesquisas com Plantas Medicinais e de novos métodos anticoncepcionais que não sejam nocivos à saúde da mulher27
- 40) Valorização dos saberes e práticas tradicionais previstas nas políticas de saúde voltadas para as populações do campo e da floresta (PNSIPCF) e nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs)28

Balanço das Políticas do Campo e da Floresta

1) Introdução

O Governo Federal tem atuado para assegurar o atendimento de demandas apresentadas pelos movimentos sociais. Criada em 2012 sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República e contando com o apoio dos demais ministérios, a Mesa de Monitoramento das Demandas dos Movimentos Sociais organiza as pautas e demandas apresentadas ao Poder Executivo e acompanha o tratamento que os diversos órgãos federais dão a esses pleitos. O presente caderno, que sistematiza os avanços com relação às pautas do campo, é resultado dessa metodologia de monitoramento implantada.

Foram registrados, entre 2011 e 2012, 1068 demandas de 30 entidades da sociedade civil organizada. Tais pleitos foram divididos em 72 temas de políticas públicas e agregados em 461 ações. Desse total, 231 medidas foram consideradas prioritárias, em virtude de tratarem-se de compromissos presidenciais ou prioridades estratégicas da agenda de governo ou priorizações do próprio movimento social. Com relação ao campo foram 840 demandas entregues em 15 Pautas.

Em face dessas prioridades, configuraram-se, a partir da ação governamental, a ampliação ou criação de novas políticas públicas e arranjos institucionais; a ampliação de recursos; o aumento na oferta de serviços e outros avanços e importantes marcos, entre os quais, estão destacadas as medidas a seguir.

2) Combate aos efeitos da seca - medidas de convivência com o Semiárido

O combate aos efeitos da seca é uma prioridade do Governo, que criou rede de apoio aos agricultores. O investimento nessa área é da ordem de R\$ 16 bilhões, nas operações garantia-safra, carro pipa, construção de cisternas, recuperação de poços, auxílio emergencial venda de milho, abastecimento de água, sistema adutor e barragem, entre outras medidas. Em 2013 mais de 1,100 milhão de famílias estão recebendo o auxílio emergencial. (<http://www.brasil.gov.br/observatoriodaseca/index.html>.)

O Programa Garantia-Safra, um seguro para agricultores familiares com renda familiar mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimo e garante uma renda mínima às famílias que perderam sua safra. O benefício originalmente previsto para a safra 2011/12 era de R\$ 680, pago em cinco parcelas. Com o prolongamento do quadro climático adverso, o Governo Federal garantiu o pagamento adicional de parcelas do benefício até que se inicie o pagamento da safra 2012/2013. A indenização é paga por meio de cartões eletrônicos da Caixa. Foram atendidos agricultores de 1.035 municípios, já tendo sido pagos 769.023 benefícios (99,5% do total de 771.343 agricultores que aderiram) no valor de R\$ 953,5 milhões.

Em janeiro de 2013 foi publicada resolução nº 1 que estabelece a titularidade do benefício em nome das mulheres.

Além disso, a título de auxílio Emergencial Financeiro na área da SUDENE foram pagos 1.100 milhão de benefícios. O auxílio emergencial será garantido enquanto perdurar a situação da seca.

Entre outros avanços, adicionalmente, destacam-se as Resoluções nº 4.077, de 04/05/2012 e a nº 4.092, de 30/05/2012, pelas quais o Conselho Monetário Nacional, CMN, alterou as matérias referentes às linhas de crédito emergenciais, com flexibilização de condições: limites de crédito, taxa de juros, prazo e carência. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

3) Crédito Fundiário e Renegociação de Dívidas

O Programa Crédito Fundiário no período de 1998 a 2012 contratou R\$ 3,6 bilhões e atendeu a mais de 130 mil famílias. Deste total, R\$ 490 milhões foram de recursos não reembolsáveis. Estes recursos permitiram adquirir 2,5 milhões de hectares de terras distribuídos por mais de dois mil municípios.

No Crédito Fundiário foram realizadas diversas melhorias nas condições de financiamento: os juros que eram de 2 % a 5% a.a. foram reduzidos para 0,5% a 2%a.a., para os agricultores cadastrados no Cad-Único – foram para 0,5% a.a.; já a juventude rural – 1% a.a.; e para os demais 2% a.a. Já os prazos para pagamento que eram de 17 a 20 anos foram para 20 anos. O Limite de Rebate foi alterado de R\$ 1.300 para R\$3.000. Para as Renegociações de dívidas, a Resolução CMN nº 4.178, de 07 de Janeiro de 2013, definiu mudanças para todos os contratos inadimplentes e adimplentes até 31/12/2012. Na última Safra, o Seguro Proagro Mais passou a integrar o PNCF garantindo a cobertura em caso de frustração da safra.

O Crédito Fundiário tem estimulado as ações de recuperação do passivo ambiental e de convivência com o semiárido e permitido um conjunto de ações de estruturação dos imóveis adquiridos, tanto na recuperação de passivos ambientais como na prevenção de possíveis passivos. De outro lado, tem implantado várias atividades de estruturação geral e produtivas, em técnicas e práticas de convivência com o semiárido.

Ganharam força também as ações de empoderamento das faixas de população rurais historicamente excluídas. O Programa foi qualificado fortalecendo seu maior alinhamento às demais políticas de combate à pobreza rural do Governo Federal.

Por meio das medidas adotadas, ampliou-se a integração do PNCF com as demais políticas públicas, especialmente as de desenvolvimento, como estratégia de qualificação da produção, ampliação da renda e garantia de sustentabilidade dos projetos. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

4) Crédito - Plano Safra 2012/2013

No Plano Safra 2012/2013 foram disponibilizados R\$ 18 bilhões para o fortalecimento da agricultura familiar. Desse total foram emprestados, até o final de abril de 2013, cerca de R\$ 17 bilhões para mais de 1.480.000 contratos.

Principais mudanças ocorridas no programa: as alterações nas condições do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) que passou a cobrir até R\$ 7 mil da renda líquida da atividade, além de assegurar a quitação da operação de crédito contratada em caso de adversidades climáticas, o que garante que o agricultor familiar possa ter condições de chegar à próxima oportunidade de plantio. Valor total segurado: R\$ 5 bilhões.

Outra ação que foi reforçada foi o Garantia-Safra, que cobre perdas de safras de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão causadas por estiagem ou enchentes em municípios da área de atuação da SUDENE (região Nordeste, norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e municípios do Espírito Santo): o valor do benefício que consta da Lei foi ampliado e foi assegurada a possibilidade de expansão do Programa para outras regiões do país. O orçamento da União para o Garantia-Safra foi de R\$ 411,8 bilhões.

O Plano 2012/2013 também estendeu a garantia de custo da produção no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) para produtos da cesta básica e da sociobiodiversidade que tiveram o preço de garantia 10% acima do custo de produção. O limite do desconto continuou em R\$ 7 mil nas operações de custeio e investimento (por agricultor/ano). Na safra 46 produtos contaram com a proteção contra a queda de preços nos financiamentos de custeio e/ou investimento do PRONAF.

As regras de enquadramento dos agricultores familiares nas ações e programas voltados ao apoio do desenvolvimento rural foram modificadas: desde a safra 2012/2013 os agricultores que tem a renda bruta anual proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento em valor superior a R\$1.000,00, podem excluir até R\$10.000,00 da renda anual proveniente das atividades desenvolvidas fora do estabelecimento. Foi admitida, pela primeira vez, a pluriatividade da agricultura familiar. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

5) Reforma Agrária – Novas diretrizes**Publicação de novas Portarias normatizando a Reforma Agrária:**

O novo fluxo de obtenção de terras e seleção de famílias beneficiárias do programa de reforma agrária estabelecido pelas Portarias MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO nº 5,6 e 7 de 31 de janeiro de 2013 trouxe significativas alterações que qualificaram essas etapas. Isso possibilitará uma maior agilidade nos processos de desapropriação/aquisição que estão tramitando no INCRA, pois a avaliação do imóvel será feita no mesmo momento da fiscalização, além da elaboração do anteprojeto de assentamento. Os novos procedimentos também visam assegurar maior

consistência técnica na escolha das áreas que serão destinadas para a implantação de assentamentos. Juntamente com o Laudo de Vistoria e o Laudo de Avaliação, será elaborado o estudo da Capacidade de Geração de Renda do Imóvel, com o objetivo de trazer maior segurança na proposição de implantação do projeto produtivo para a área destinada ao assentamento. Também está contemplada a inclusão de áreas demandadas pelos movimentos sociais no conjunto das áreas que serão priorizadas para vistoria.

Identificação das terras destinadas à reforma agrária

A escolha de novas áreas para decretos de desapropriação será precedida de análise de viabilidade pelo INCRA, para permitir renda suficiente às famílias assentadas.

Serão avaliados, por exemplo, o tamanho dos lotes, o tipo de produção mais adequada para a região, o acesso à assistência técnica e a programas de compras públicas de alimentos, bem como a políticas como o Minha Casa, Minha Vida, o Luz para Todos e o Água para Todos.

Obtenção de terras para a reforma agrária

Existem hoje no Brasil 950 mil famílias assentadas em 87 milhões de hectares, 60% desapropriados nos últimos 10 anos.

A priorização das áreas para fins de reforma agrária obedecerá aos seguintes indicadores: densidade de população em situação de extrema pobreza no meio rural; concentração fundiária; incidência de minifúndios; disponibilidade de terras públicas não destinadas; demanda social fundamentada; existência de ações do Poder Público no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Territórios da Cidadania ou outras iniciativas que facilitem o acesso das famílias assentadas às políticas de inclusão social e produtiva.

Seleção de famílias candidatas à reforma agrária

Serão priorizados os trabalhadores e trabalhadoras rurais que, além de inscritos no cadastro do INCRA, já estejam no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, e as mulheres chefes de família. Além disso, foi criada uma cota de 5% em novos assentamentos com capacidade acima de 20 famílias para jovens entre 15 e 29 anos (filhos/as de assentados/as da reforma agrária ou de agricultores/as familiares, que estejam no Cadastro Único).

Certificação de Imóveis Rurais está mais ágil

As regras para a certificação de imóveis rurais pelo INCRA ficaram mais simples desde novembro de 2012. O resultado foi um aumento recorde no número de certificações, que passou de uma média de 600 por mês no período entre janeiro e novembro de 2012 para uma média de 2,3 mil no trimestre dezembro de 2012 a fevereiro de 2013.

A certificação oferece segurança jurídica aos proprietários/as rurais, uma vez que se verifica se o imóvel que está sendo certificado não se sobrepõe a outro já cadastrado pelo INCRA. Esse procedimento é exigido para o registro do imóvel nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha.

Além dos/as proprietários/as de terra, a alteração nos procedimentos permite a gestão pública da malha fundiária do País.

Oferta de serviços públicos em assentamentos

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) terá função de articular a oferta desses serviços em assentamentos novos ou já existentes.

A articulação com os Ministérios viabilizará o maior acesso dos assentados aos diversos programas sociais do Governo, como o Bolsa Família, as ações de inclusão produtiva do Brasil sem Miséria, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Bolsa Verde, a Assistência Técnica e o Pronatec. Tornará também mais ágil a implantação da infraestrutura básica nos assentamentos por meio dos programas Minha Casa, Minha Vida, Água para Todos e Luz para Todos. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

6) Agroindustrialização - Programa Terra Forte

Em fevereiro de 2013, foi lançado o Programa Terra Forte, para estimular a implantação e a modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em assentamentos da reforma agrária.

Os/as beneficiários/as são famílias de trabalhadores/as rurais em projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA. A expectativa é atender 200 cooperativas e associações, com o valor médio de R\$ 1,5 milhão por cooperativa nos próximos cinco anos, beneficiando cerca de 70 mil famílias.

Até 2017, serão investidos R\$ 300 milhões de recursos não reembolsáveis (oriundos do Fundo Social do BNDES, Fundação Banco do Brasil, MDA, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, INCRA e Conab), que poderão ser utilizados na organização da produção, capital de giro, apoio técnico para gestão de empreendimentos, melhoria da infraestrutura dos assentamentos, entre outros. Os/as assentados/as terão ainda disponíveis outros R\$ 300 milhões em linhas de crédito do PRONAF.

As cooperativas e associações participantes do Terra Forte poderão ter o excedente da produção comprado pelo Governo Federal, por meio do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O objetivo é garantir a comercialização da produção e renda às famílias que vivem nos assentamentos da reforma agrária. (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria Geral da Presidência da República)

7) Superação da pobreza rural:**Inclusão Produtiva Rural**

As famílias em situação de extrema pobreza nas áreas rurais são beneficiadas pelo Plano Brasil Sem Miséria que ampliou a construção de cisternas, a oferta de assistência técnica e extensão rural (ATER), a distribuição de sementes e o Fomento (recursos para aquisição de insumos), e foi criado o Bolsa Verde. Com isso, 2 milhões de atendimentos foram realizados, beneficiando 517,7 mil famílias em extrema pobreza que vivem no campo. Em 2012 o Plano Brasil Sem Miséria ampliou sua execução para as Regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Ater, sementes e Fomento: 210 mil famílias com assistência técnica em todas as regiões do país.

- ✓ Nordeste: garantia de Ater para 124,8 mil famílias
- ✓ Norte e Centro-Oeste: garantia de Ater para 35,1 famílias
- ✓ Sul, Sudeste e DF: garantia de atendimento de 7,6 mil famílias.
- ✓ Chamadas de Ater para público específico:
 - Mulheres: garantia de Ater para 1 mil grupos produtivos de mulheres rurais
 - Quilombolas: garantia de Ater para 8,9 mil famílias
 - Pescadores Artesanais: garantia de Ater para 3,5 mil famílias
 - Assentados da reforma agrária: garantia de Ater para 30 mil famílias
 - extrativistas: 26 mil famílias

Água para todos: 270,6 mil famílias tiveram cisternas instaladas em suas casas no semiárido.

Para cumprir a meta de levar água para 750 mil famílias ainda não atendidas, foi necessário unir esforços de diferentes órgãos e parceiros, garantindo o aumento do número de cisternas entregues. Em 2011 e 2012 foram entregues 240,4 mil cisternas.

Bolsa Verde: 37,1 mil famílias já foram incluídas no Programa

Público atendido:

- Assentados/as da reforma agrária: 23.954 famílias beneficiadas e 690 áreas contempladas;
- Extrativistas: 11.501 famílias beneficiadas e 46 áreas contempladas;
- Ribeirinhos/as: 1.676 famílias beneficiadas e 32 áreas contempladas.

Luz para Todos: 141,3 mil famílias extremamente pobres atendidas

A meta do Brasil sem Miséria para universalizar o acesso à energia elétrica é atender 257 mil famílias rurais em situação de extrema pobreza até 2014. Até dezembro de 2012, o Programa Luz para Todos já havia alcançado 55% da meta, totalizando 141,3 mil ligações. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério da Integração, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Desenvolvimento Agrário).

8) Políticas para as Mulheres Rurais:

A garantia do acesso da trabalhadora rural à documentação civil, trabalhista, fiscal e previdenciária, por meio dos 4.317 mutirões realizados até 2013 atende prioritariamente as áreas de abrangência do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Em 2012, o PNDTR ampliou o atendimento por meio da mobilização e articulação de novos parceiros para emissão da DAP e CadÚnico, possibilitando a inserção de famílias do meio rural ao PBSM. Complementando o tema da ampliação de serviços no PNDTR, em 2011 o Ministério do Desenvolvimento Agrário firmou parceria com as Secretarias Estaduais de Políticas para Mulheres que atuarão na mobilização de trabalhadoras rurais para os mutirões de documentação, ações educativas e oferta de recreação infantil. Em 2012 foram disponibilizadas para os estados 16 picapes, para reforço na mobilização e transporte de equipes nas regiões Norte e Nordeste do país. Desse modo, todas as Unidades Federativas destas regiões estão equipadas com estes veículos. Parceria firmada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Marinha garantirá sete embarcações para utilização nos estados do Pará e Amazonas, ampliando a realização dos mutirões nestes territórios.

Entre 2004 e 2013 o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural atendeu 990.631 mil mulheres e emitiu 2.106.112 documentos. Entre 2004 e 2013, foram 4.317 mutirões. O Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais já beneficiou 132 mil mulheres rurais e suas organizações econômicas e investiu R\$ 25.280.631,92 entre 2008 e 2013. Por meio do Programa são articuladas medidas de ampliação do acesso aos créditos, promoção comercial e participação e gestão social. Em 2011 fomentou-se o acesso das mulheres ao PAA com a destinação de recursos e percentual de contratação mínimo por modalidade do programa. Alterou-se o valor do Crédito Apoio Mulher para R\$ 3.000,00, estendendo o crédito a todos os assentamentos da reforma agrária. Além disso, foi instituída a escrituração conjunta em nome do casal para terras adquiridas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

A ATER para Mulheres apoiou entre os anos de 2004 a 2012 mais de 100 projetos com investimentos da ordem de R\$ 27 milhões e beneficiou mais de 50 mil mulheres. Em 2012 a Ater para Mulheres passou a integrar as ações do Plano Brasil Sem Miséria de forma a contribuir no fomento produtivo dos grupos produtivos de mulheres rurais.

Por meio do apoio a projetos do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e das chamadas públicas de Ater para Mulheres são desenvolvidas ações de transição agroecológica envolvendo produção do conhecimento, metodologias, promoção comercial entre outros. Em 2012 foi lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), anunciada na Marcha das Margaridas em agosto de 2011. A PNAPO contempla o eixo gênero e geração e o Plano Nacional desta política deverá ser lançado no Plano Safra 2013/2014. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

9) Juventude Rural

Assistência Técnica específica para 10 mil jovens rurais; sendo que 5 mil jovens são da região Nordeste e esta ATER é articulada ao crédito PRONAF. Ampliação do PRONAF Jovem de R\$ 12.000 para R\$ 15.000, com operacionalização por todos os Bancos.

Por meio da parceria realizada com a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS) estão sendo capacitados 4.920 jovens como agentes de ATER, por meio do Projeto Formação de Jovens em Agricultura Sustentável, Gestão e Inovação Tecnológica.

A qualificação profissional para jovens rurais através do PRONATEC CAMPO, tem chegado nas áreas rurais, em 2012/2013 a meta é alcançar cerca de 30.000 jovens e adultos, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais.

Foi criada uma cota de 5% em novos assentamentos com capacidade acima de 20 famílias para jovens entre 15 e 29 anos (filhos de assentados da reforma agrária ou de agricultores familiares, que estejam no Cadastro Único). Para esse grupo, também será destinada parte de lotes disponíveis nos assentamentos.

Neste ano, Governo Federal desenvolve a formulação de programa interministerial para implantação e coordenação das ações relativas à Juventude Rural, coordenada pela Secretaria Nacional de Juventude, órgão da Secretaria-Geral da Presidência da República. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

10) Política de Desenvolvimento Territorial

Na última década integraram-se ao Programa Nacional dos Territórios 165 territórios rurais, que abrangem 2.500 municípios, nos quais habitam 52,2 milhões de pessoas. Nestes espaços promoveu-se o planejamento territorial participativo com o envolvimento de cerca de 11.700 organizações, resultando na elaboração de 158 PTDRS. A elaboração de 214 Planos Territoriais de Cadeias Produtivas e de 154 Planos de Negócios foram apoiadas, contribuindo para a dinamização econômica dos territórios e o fortalecimento de empreendimentos da agricultura familiar e da economia solidária.

Equipamentos para facilitar escoamento da produção

Com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), ampliaram-se os investimentos públicos no meio rural, com destaque para infraestrutura viária, a partir da aquisição e distribuição de máquinas e equipamentos para construção e recuperação de estradas vicinais em municípios com menos de 50 mil habitantes não integrantes de regiões metropolitanas. Com investimentos em torno de R\$ 1,8 bilhão serão beneficiadas mais de 61 milhões de pessoas, entre as quais 3,5 milhões da agricultura familiar.

Em 2011 e 2012 foram entregues 1.264 retroescavadeiras e em 2013 serão entregues mais 3.688. Além destas, serão entregues 4.962 motoniveladoras em 2013 e 2014.

No âmbito das políticas de enfrentamento aos efeitos da seca, o Governo Federal, entregará, para os 1415 municípios em situação de emergência mais 1 caminhão caçamba, 1 caminhão pipa e 1 pá-niveladora, o que totalizará 4.245 equipamentos agrícolas a serem entregues em 2013. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

11) Anúncio da criação de Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER:

Em 2012, a Presidenta anunciou a criação de uma agência nacional de ATER, visando a atender unificar as políticas e os recursos destinados à ATER. A criação da Agência irá configurar um importante avanço rumo à universalização da assistência. (Ministério do Desenvolvimento Agrário)

12) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

Desde sua criação, em 2003, foram adquiridas, diretamente dos agricultores familiares, 3.846 mil toneladas de alimentos. Somente em 2012 foram 586,6 mil toneladas, adquiridas de 183.744 mil agricultores familiares.

Em setembro de 2012, foi criada a Modalidade de Compra Institucional, ampliando as oportunidades de mercado para os agricultores familiares. Essa nova modalidade permite que os órgãos da administração pública direta e indireta adquiram da agricultura familiar alimentos para atender às demandas regulares de seus programas, como restaurantes, presídios e hospitais.

A aquisição dispensa licitação, mas é necessária a realização de uma chamada pública. Além de agricultores familiares, podem participar assentados da reforma agrária, silvicultores, extrativistas, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome /Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN, em 26.04.2013). (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério de Desenvolvimento Agrário)

13) PNAE - Alimentação escolar: compras da agricultura familiar

A obrigatoriedade da compra da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE foi instituída pela Lei 11.947/09, tornando obrigatória a compra de, no mínimo, 30% dos recursos repassados do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a partir do exercício de 2010. Segundo dados preliminares de execução, cerca de 50% das entidades executoras (prefeituras e secretarias estaduais de educação) compraram da agricultura familiar em 2010, totalizando recursos da ordem de R\$ 148,5 milhões.

Para atender a essa determinação legal, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação –

FNDE inseriu este detalhamento no Sistema de Prestação de Contas online (SIGPC), que está em fase final de implantação. Por isso, os resultados da execução relativos à compra da agricultura familiar ainda estão em fase de análise, não estando ainda disponíveis em sua totalidade. Ademais o prazo final para prestação de contas do PNAE dos exercícios de 2011 e 2012 foi prorrogado para o dia 30/4/13.

Até o momento, com 68% dos registros de 2011 informados no SIGPC, cerca de R\$ 161,7 milhões foram aplicados na aquisição da agricultura familiar e 58% das entidades executoras adquiriram gêneros diretamente de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais ou suas organizações. Em relação ao exercício de 2012, os registros efetuados até o momento (20% das entidades executoras) mostram que 66% das entidades executoras compraram da agricultura familiar.

Ademais, o FNDE possui informações obtidas por meio de pesquisas realizadas pelos Centros Colaboradores em Alimentação do Escolar – CECANES, das universidades federais parceiras, que realizaram pesquisas, com metodologias diversas, para acompanhar o processo de implementação do art. 14 da Lei 11.947/09. Os dados levantados pelos CECANES mostraram que em 2012, cerca de 70% das entidades executoras compraram da agricultura familiar. Podemos inferir que o montante de 2012 aplicado na agricultura familiar será ainda mais expressivo, reflexo da crescente consolidação da estratégia. (Ministério da Educação)

14) Agroecologia

A Política Nacional da Agroecologia, publicada em agosto de 2012, atende a demandas históricas do movimento.

Tem como objetivo integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Foram criadas a Comissão Nacional da Agroecologia - CNAPO e a Comissão Interministerial da Agroecologia - CIAPO para a implementação da Política.

A previsão de lançamento do Plano é junho/2013. (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SESAN, em 26.04.2013). (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Secretaria – Geral da Presidência da República)

15) Minha Casa Minha Vida chega aos Assentamentos

A partir de 8 de fevereiro, além de agricultores familiares e trabalhadores rurais, os assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) também poderão ter acesso à casa própria por meio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do Minha Casa Minha Vida. Os assentados serão enquadrados na Faixa 1 do programa, que oferece subsídio de 96% do

financiamento, cujo valor será de R\$ 28,5 mil, podendo chegar a R\$ 30,5 mil para a região Norte do País. Os pagamentos pelos assentados serão quatro parcelas anuais, com valor de R\$ 285. Além dos recursos do financiamento, os assentados poderão contar com R\$ 1 mil para assistência técnica e trabalho social. As novas contratações do PNHR, localizadas no semiárido, poderão ser entregues com cisternas de placas.

Até 28 de fevereiro, o programa entregou 17,5 mil moradias na área rural. Além dessas, estão contratadas outras 46,3 mil moradias. (Revista Destaques)

16) Brasil Sem Miséria

Com o apoio de programas federais, mais de 22 milhões de brasileiros superaram a extrema pobreza.

Garantia de renda

Benefício complementar tira da miséria os beneficiários do Programa Bolsa Família

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/ SENARC, em 25.04.2013

A partir de março, todos os brasileiros que recebiam o Bolsa Família, mas continuavam vivendo em situação de extrema pobreza, passaram a receber um benefício complementar que lhes garante renda superior a R\$ 70 mensais por pessoa, independentemente da composição familiar.

Com essa medida, foram beneficiadas 2,5 milhões de pessoas. Em decorrência, todos os beneficiários do Bolsa Família saíram da extrema pobreza.

Em 2011, com medidas adotadas pelo Brasil Sem Miséria – como o reajuste no valor dos benefícios, a inclusão de novos benefícios para gestantes e nutrízes e a ampliação do limite para recebimento do benefício variável de 3 para 5 filhos por família beneficiária –, 3,1 milhões de brasileiros deixaram a extrema pobreza.

Em 2012, com o Brasil Carinhoso, que garantiu a todas as famílias com crianças de 0 a 15 anos renda superior a R\$ 70 mensais por pessoa, outros 16,45 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza.

Com esta complementação de renda para famílias beneficiárias do Bolsa Família que tinham renda inferior a R\$ 70 per capita, a partir de março, mais de 22 milhões de brasileiros terão superado a extrema pobreza, desde 2011. Eles se somarão aos 14 milhões de brasileiros que já haviam deixado essa condição, totalizando 36 milhões de pessoas que deixaram a pobreza graças ao Bolsa Família e ao Brasil Sem Miséria.



EVOLUÇÃO DA EXTREMA POBREZA ENTRE BENEFICIÁRIOS DO BOLSA FAMÍLIA



Busca ativa

A estratégia da Busca Ativa já permitiu, desde o início do Brasil Sem Miséria, cadastrar e incluir 800 mil famílias extremamente pobres.

Para chegar a todas as pessoas que vivem na extrema pobreza, é preciso buscar as famílias que ainda estão fora da rede de proteção social e incluí-las no Cadastro Único, permitindo que tenham acesso aos programas sociais do Governo Federal que utilizam essa ferramenta para a seleção de seus beneficiários.

Para dar suporte a todos os brasileiros que ainda estão em situação de extrema pobreza, estima-se que seja necessário encontrar e cadastrar mais 700 mil famílias. Essa é a meta da Busca Ativa até 2014. (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome)



PESSOAS QUE SAÍRAM DA EXTREMA POBREZA, POR ESTADO



17) Brasil Carinhoso

Em janeiro, foram beneficiadas 16,45 milhões de pessoas com repasses de R\$ 307,3 milhões. Desse total, 2,8 milhões eram crianças de 0 a 6 anos de idade. Mais da metade dos beneficiados (59,2%) estava na região Nordeste.

- ✓ *Gestantes e nutrizes de baixa renda:* em janeiro de 2013, foram pagos recursos adicionais a 182,3 mil gestantes que realizaram pré-natal de forma adequada e a 181,6 mil nutrizes, assegurando melhores condições de alimentação e saúde às mães e aos recém-nascidos.
- ✓ *Recurso adicional para creches que atendem crianças do Bolsa Família:* em 2012, foram repassados R\$ 210,9 milhões a 2.744 municípios, atendendo 386,1 mil crianças matriculadas em 22,8 mil creches.
- ✓ *Suplementação de sulfato ferroso:* em 2012, foram disponibilizadas 2,6 milhões de doses, o suficiente para atender 880 mil crianças de 6 a 24 meses. Em relação a 2011, a ampliação é de 25%.

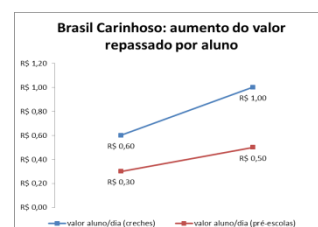
- ✓ *Suplementação de vitamina A: 4,1 milhões. (Ministério da Educação)*

Brasil Carinhoso na Educação

Em 2012 foi lançada, no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, a ação Brasil Carinhoso, na qual o Ministério da Educação tem uma participação importante. O objetivo é ampliação da oferta da educação infantil e melhoria da qualidade do atendimento.

Com o Brasil Carinhoso, houve um aumento de 66% no valor repassado para alimentação escolar na educação infantil, fazendo com que o valor por aluno/dia das creches passasse de R\$ 0,60 para R\$ 1,00 e valor por aluno/dia das pré-escolas passasse de R\$ 0,30 para R\$ 0,50 – o que corresponde a uma ampliação de R\$ 174 milhões no valor do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

O Brasil Carinhoso prevê também a transferência de recursos suplementares da União para os municípios, visando ao atendimento de crianças de 0 a 48 meses de idade, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público. As prefeituras passaram a receber 50% a mais em relação valor anual mínimo por aluno para educação infantil que, em 2012, foi definido nacionalmente em R\$ 1.362. No total, esse repasse totalizou R\$ 131 milhões em 2012.



Além disso, o Ministério da Educação antecipou o repasse de recursos para novas turmas em creches e pré-escolas do Proinfância, criando um incentivo para as prefeituras ampliarem as matrículas de educação infantil, pois passam a receber recursos antes mesmo das novas matrículas serem computadas para fins do cálculo do Fundeb. Em 2012, esse apoio do governo federal somou R\$ 48 milhões. No âmbito do Brasil Carinhoso, está previsto o repasse de recursos também para novas vagas em creches e pré-escolas municipais e conveniadas que não sejam do Proinfância. (Ministério da Educação e Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome)

18) Educação em tempo integral

Adesão das Escolas a educação de tempo integral

Em 2012, 32.074 escolas aderiram, sendo que 9.779 destas são escolas do campo e 18.700 têm mais de 50% dos seus alunos beneficiários da Bolsa Família. Para 2013, a adesão está em curso, com conclusão prevista para maio. A meta é alcançar 45 mil escolas participantes. Em 2012, foram atendidos 4,7 milhões de alunos atendidos com recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão. (Ministério da Educação)

19) Reestruturação do Currículo Escolar

Também no campo da educação em tempo integral, o Programa Ensino Médio Inovador apoia

os estados no processo de reestruturação do currículo escolar, articulando as dimensões trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme descrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino Médio. A proposta é ampliar o tempo dos estudantes na escola buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do ensino médio e às demandas da sociedade contemporânea. Em 2012, o MEC ampliou o seu atendimento para 2 mil escolas e repassou R\$ 102,7 milhões por meio do PDDE. O Ensino Médio Inovador vai ao encontro do atendimento de demandas encaminhadas por movimentos sociais no sentido de tornar o currículo dessa etapa mais interessante e mais próximo da juventude. (Ministério da Educação)

20) Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)

Gestão das Escolas - Para a melhoria da gestão e das práticas pedagógicas nas escolas do campo e quilombolas, foi lançado, em 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que estabelece um conjunto de ações articuladas em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas, formação de professores, educação de jovens e adultos e educação profissional e tecnológica, com vistas ao fortalecimento da escola do campo e quilombola.

Transporte dos Estudantes no campo - A fim de permitir o acesso dos estudantes às escolas do campo, o Ministério da Educação mantém o Programa Caminho da Escola, que possibilita aos estados e municípios a renovação e padronização da frota de veículos escolares, de três formas: i) com recursos próprios, por meio da adesão ao pregão; ii) no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR), via assistência financeira do MEC; e iii) por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus e de embarcações novas. Foram disponibilizados, desde 2008, 26.663 ônibus para o campo, sendo 19.315 com recursos do MEC/FNDE, 4.479 com recursos próprios e 2.869 com financiamento do BNDES. Além disso, foram doadas 674 lanchas desde 2010 e disponibilizadas 171.455 bicicletas e capacetes a partir de 2011.

Formação de Professores e material pedagógico - Com relação à formação de professores, a ação de fomento à Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), contemplou 2.163 professores em exercício em 2012. No total serão ofertadas 14.835 vagas em 3 anos. Para atender essas novas matrículas, será necessária a abertura de novos concursos para a contratação de professores – o que ainda depende de autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Está pactuada para 2013 a formação de 75 mil professores de classes multisseriadas no âmbito no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. Outros 7 mil professores receberão formação pelo Escola da Terra, que compreende ações de formação continuada de professores e kits de materiais

pedagógicos para as escolas do campo com classes multisseriadas e escolas quilombolas. Em 2012, foram contempladas 6.517 escolas do campo e quilombola com a distribuição Kits de materiais pedagógicos e disponibilizados 290 vagas para a formação de professores. Até 2014, a meta é atender 55.127 escolas.

Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo - Complementarmente à formação de professores, foi implementado um edital específico do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD Campo. Considerando as especificidades da organização pedagógica e a realidade sociocultural das populações do campo, o programa selecionou, em 2012, obras didáticas para distribuição a 3,2 milhões de estudantes. Houve uma aquisição específica também do Programa Nacional de Biblioteca da Escola (PNBE), selecionando acervo adequado ao campo e às comunidades quilombolas, para alunos dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. As obras selecionadas serão distribuídas no segundo semestre de 2013, beneficiando 1,9 milhão de alunos do campo e/ou quilombolas.

Educação de Jovens e Adultos - No âmbito da Educação de Jovens e Adultos, a meta do Ministério da Educação é atingir 300 mil novas matrículas de no campo. Em 2012, foram realizadas 106.682 matrículas de EJA no campo. Considerando a política inclusão educacional e social vale destacar a publicação da Resolução CD/FNDE nº 48/2012, que instituiu a antecipação de recursos financeiros para novas vagas de EJA para os públicos prioritários da política, dentre os quais estão os egressos do Brasil Alfabetizado, estudantes do campo, indígenas e quilombolas, além de pessoas em privação de liberdade. A medida viabiliza e estimula a oferta de EJA e, em 2012, resultou em 239.542 novas matrículas, sendo 210.582 nas redes municipais de ensino e 60.072 nas redes estaduais, abrangendo 1.196 municípios e 19 estados. Desse total, 119.643 matrículas são de estudantes do campo, indígenas e quilombolas.

Das matrículas realizadas pelas redes estaduais, 61% são de egressos do PBA, 23% do campo, 2,7% quilombolas, 1,7% indígenas e 11,8% de privados de liberdade. Já nos municípios 48,1% são de egressos do PBA, 46,4% do campo, 2,7% quilombolas, 1,4% indígena e 1,4% de privados de liberdade.

A meta é atender 178.264 estudantes do campo e quilombolas, em 1.106 municípios, e 61.278 estudantes privados de liberdade, em 15 estados.

Construção e Melhorias das Escolas no Campo - Foram também atendidas 5.752 escolas que receberam recursos do PDDE Campo, para melhorias na infraestrutura escolar, totalizando um repasse de R\$ 71,3 milhões, além de 902 escolas que receberam o PDDE Água, para a manutenção, conservação e construção de poços e cisternas, com repasse da ordem de R\$ 24,5 milhões. A meta, até 2014, prevê o atendimento a 9.000 escolas.

Em 2012, foram apoiados 416 projetos de municípios e estados para a construção de escolas

no campo e/ou em áreas quilombolas, superando a meta de 300 prevista para 2012. Até 2014, a previsão é chegar a 3 mil novas escolas. Essa ação prevê a oferta de projetos arquitetônicos de escolas, com 2, 4 e 6 salas de aula, com quadra esportiva coberta, módulo terra, área administrativa, de serviço, de educação infantil e alojamentos. Serão priorizados os municípios com índice de pobreza rural maior que 25%, pertencentes aos territórios da cidadania (1.036 municípios) e com alto percentual de população do campo. Está em fase final de implementação um pregão nacional para a construção de escolas, o que possibilitará a padronização dos projetos, reduzindo custos de investimento e possibilitando agilidade na construção. (Ministério da Educação).

21) Educação Digital

No âmbito da educação digital, foram adquiridos 5 mil laboratórios de informática e 47 mil laptops educacionais para escolas do campo. A Inclusão Digital tem também como meta, até 2014, fornecer projetores Proinfo com lousas digitais para 26.342 escolas, beneficiando 101.292 estudantes e equipar 12.000 laboratórios de informática. (Ministério da Educação)

Educação profissional e tecnológica

Uma das iniciativas que compõem o Pronatec é a Bolsa Formação, que promove a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de FIC pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, redes estaduais e pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem.

A Bolsa-Formação também atenderá estudantes da educação de jovens e adultos e beneficiários do Projovem, de forma a integrar a educação profissional à elevação da escolaridade. Na edição 2012 do programa, 27.046 jovens estão em atividades de formação pelo Projovem Campo.

Após consolidação da demanda, prevista para abril, será pactuada com as instituições ofertantes a abertura de vagas em municípios impactados pelas grandes obras. O MDIC será o parceiro demandante, considerando que a construção é um dos setores prioritários no Plano Brasil Maior. Também foram iniciadas as discussões e instituído um grupo para pactuar a formação profissional de trabalhadores da cana-de-açúcar, ainda no início de suas atividades.

Outras duas demandas por qualificação profissional com destaque entre as demandas sociais de 2012 também já têm sido atendidas pela Bolsa-Formação. (Ministério da Educação)

22) PRONATEC Brasil Sem Miséria

Parceria MEC/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME para oferta de formação profissional a pessoas em situação de pobreza. Desde 2011, já foram efetuadas mais de 336 mil matrículas na Bolsa-Formação. Para este ano, foi pactuada inicialmente a oferta de 863 mil vagas, em 438 cursos ofertados em 2.034 municípios.

PRONATEC Campo – Oferta de cursos nas áreas relativas ao campo e recursos naturais, com parceria do MDA. Até março de 2013, foram realizadas mais de 28 mil matrículas em cursos com esse perfil. O atendimento da demanda dos movimentos do campo por inserir a Rede CEFAS como ofertante do PRONATEC tornou-se possível com a recente regulamentação da entrada das escolas técnicas e universidades privadas no programa, para oferta de cursos técnicos de nível médio, na modalidade subsequente. Após solicitarem adesão, o que poderá ser feito a partir do segundo trimestre, essas instituições passarão por processo de habilitação com avaliação in loco.

PRONATEC Campo tem como meta, até 2014, ofertar 180 mil vagas, sendo 120 mil bolsas-formação Pronatec e 60 mil na rede E-Tec (à distância). Em 2012, efetivou-se a pactuação para a oferta de 20 mil vagas de bolsa-formação e 10 mil vagas no E-Tec, sendo 4.000 agentes de ATER, 13.000 agricultores familiares e assentados e para 13.000 jovens agricultores familiares e assentados. (Ministério da Educação, Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome).

23) Ciência sem Fronteiras

O Ciência sem Fronteiras prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos em relação à tecnologia e inovação. Até 2012 foram concedidas 21.418 bolsas. Considerando que um dos requisitos para a participação no programa é a proficiência em outros idiomas, será implementado o Inglês sem Fronteiras, que ofertará cursos de inglês para estudantes de graduação. (Ministério da Educação, CAPES, CNPQ e Ministério das Comunicações)

24) Saúde

Orçamento para a Saúde

O governo da presidenta Dilma vem atuando para fortalecer o SUS em todas as suas esferas. No que se refere ao financiamento, o Ministério da Saúde teve um incremento de 13,2 bilhões no seu orçamento entre os anos de 2011 e 2012. O Ministério da Saúde está empenhando em melhorar a forma como estes recursos são gastos, com ganho de eficiência e qualidade na gestão.

A Emenda Constitucional Nº 29 foi regulamentada pela Lei Complementar 141, de 13/01/2012. (Ministério da Saúde)

25) Implantação de 50 Unidades Básicas de Saúde Fluvial, 27 na Região Amazônica

O Ministério da Saúde inseriu em seu Planejamento o compromisso de atender a população dos municípios ribeirinhos com difícil acesso aos serviços de saúde com 50 UBS Fluvial, até 2014. Em 2011 foram 13 municípios conveniados, sendo a UBS Fluvial do município de Borba, no Amazonas, inaugurada em janeiro de 2013. Em 2013 já foram conveniados mais 15 municípios. Para os 28

municípios já conveniados serão beneficiadas 1,67 milhões de pessoas. Deste total, 27 municípios estão na região da Amazônia Legal.

Em 2013 foram realizadas mudanças para que os Municípios acessem, via repasse Fundo a Fundo, a UBS Fluvial. A prefeitura poderá receber os recursos, acessar o projeto referência do MS ou receber a embarcação pronta. Também o valor da unidade foi ampliado de R\$ 1,2 milhões para R\$ 1,6 milhão e Estados também poderão cadastrar propostas. Vinte e três dos 27 convênios já assinados aguardam o projeto referência do MS, para dar entrada na contratação junto aos estaleiros. Neste momento encontra-se em definição a destinação das demais UBS Fluvial. A partir da contratação junto aos estaleiros poderão ser definidas as datas de entrega dos barcos. As demais 22 UBS Fluvial, serão executadas, via EMGEPRON – Empresa Gerencial de Projetos Navais, vinculada a Maria do Brasil, serão licitadas e deverão ter previsão de entrega, em 5 lotes, até dezembro de 2014. (Ministério da Saúde)

26) Rede Cegonha

A Presidenta Dilma lança a Rede Cegonha em março de 2011, instituída pela Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011. Atualmente temos 4.873 municípios que aderiram ao programa. Inclusão do teste rápido de gravidez, HIV e sífilis na Atenção Básica - 4.873 municípios recebendo recursos para novos exames, o que significa 88,57% dos municípios aderidos a Rede Cegonha; 21 estados com planos de ação prioritários já publicados e com recursos repassados;

A Rede Cegonha prevê que, até 2014, toda gestante usuária do SUS esteja vinculada, desde o pré-natal, ao serviço de saúde em que será realizado o parto. Apresentam percentuais acima da meta estabelecida 22 UFs. Foram realizadas 9 reuniões nos estados: GO (março), CE (maio), BA (maio), AL (julho), BA (julho), GO (agosto), RR (agosto), RO (novembro), MA (novembro). Foram realizadas cinco reuniões (Teleconferências) para tratar sobre a mortalidade materna, a vigilância de óbito materno e rede cegonha (25/mai), (31/jul), (05/set); (3/out), (7/nov). Foi realizada a “Oficina de Vigilância de Óbitos com os DSEI” os dias 26 e 27 de novembro. (Ministério da Saúde)

27) Cadastramento e qualificação permanente das parteiras tradicionais e a sua remuneração pelo SUS mediante serviços prestados às comunidades;

O Ministério da Saúde realiza a qualificação de parteiras tradicionais por meio do programa “Trabalhando com Parteiras Tradicionais”, iniciado em março de 2000. Até 2010, no contexto dessa iniciativa, foram capacitadas 1.755 parteiras em todo o país. Além disso, o Ministério da Saúde também já capacitou 1.301 profissionais de saúde para que reconheçam as parteiras tradicionais como parceiras na atenção à saúde da comunidade, além de valorizar, apoiar, qualificar e articular o trabalho dessas mulheres junto ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS repassou às Secretarias de Saúde, Instituições

de Ensino e ONG, no período de 2005 a 2010, o valor de R\$ 2.639.543.79 para a qualificação de parteiras tradicionais na atenção ao parto e nascimento. A Rede Cegonha prevê a capacitação e a vinculação das parteiras tradicionais à rede de atenção ao parto, principalmente nas regiões da Amazônia Legal e Nordeste. Para isso, as parteiras serão identificadas e cadastradas. A Área Técnica de Saúde da Mulher/DAPES/SAS está avaliando a melhor forma de se realizar o cadastramento das parteiras tradicionais no CNES, a partir dos dados das Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde. Vale ressaltar que iniciativas de cadastramento já ocorrem em vários Estados, por meio dos Agentes Comunitários de Saúde, que são profissionais ligados às comunidades.

No contexto da Rede Cegonha, também serão adquiridos kits para parteiras tradicionais. Em 2011, serão 1000 kits. Nesse momento, também está em andamento, através de convênios firmados com Secretarias Estaduais de Saúde em 2009, a qualificação de parteiras tradicionais em cinco Estados: AM, PA, PB, PI e TO. (Ministério da Saúde)

28) Mapa da Saúde das Populações do Campo e da Floresta

Os Sistemas SISPRENATAL e SISCAN estão identificando se a (o) usuária(o) do serviço é da zona urbana ou rural. 2 - O registro da investigação do óbito materno está sendo realizado sistematicamente pela Secretaria de Vigilância em Saúde por meio do painel de investigação do óbito materno.

Já existe um projeto para a construção do Mapa da Saúde com o recorte do Campo e da Floresta, porém ainda não foi decidido qual o banco de dados que será utilizado, visto que o Departamento de Articulação Federativa (DAI/SGEP) faz o georeferenciamento com base em dados já existentes. Como a definição de rural e urbano não são os mesmos para o IBGE e para o Grupo da Terra o Mapa ainda não foi construído. (Ministério da Saúde)

29) Plano Integrado de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos

Para a operacionalização destas diretrizes, a Secretaria de Vigilância em Saúde, elaborou o Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, a ser implementado nas 27 Unidades da Federação (UF). Além de sistematizar e integrar as ações relacionadas à exposição humana a agrotóxicos que já vem sendo realizadas pelas Secretarias de Saúde, o documento reflete o compromisso com o desenvolvimento e acompanhamento de ações de vigilância em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo a proteção e a promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, análise de situação e o monitoramento da saúde das populações expostas, ou potencialmente expostas. Inclui, ainda, a qualificação da agenda de educação e pesquisa voltada para a temática dos agrotóxicos e seus impactos na saúde humana.

Após aprovação da minuta de Portaria que institui incentivo financeiro para a implantação as ações de vigilância pelos estados e municípios, na 6ª Reunião Ordinária de 2012 da Comissão

Intergestores Tripartite, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.938, de 20 de dezembro de 2012, autorizando o repasse, de 22,7 milhões de Reais, aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal para o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, além de reforçar que as ações vinculadas ao atendimento desta portaria devam compor suas programações anuais de saúde. (Ministério da Saúde)

Portaria nº 2.938 – Repasse de R\$ 22,7 milhões	
UF	Valor em real (R\$)
Acre	600.000,00
Alagoas	800.000,00
Amapá	600.000,00
Amazonas	600.000,00
Bahia	900.000,00
Ceará	900.000,00
Distrito Federal	800.000,00
Espírito Santo	800.000,00
Goiás	1.000.000,00
Maranhão	800.000,00
Mato Grosso	1.000.000,00
Mato Grosso do Sul	900.000,00
Minas Gerais	1.000.000,00
Pará	800.000,00
Paraíba	800.000,00
Paraná	1.000.000,00
Pernambuco	900.000,00
Piauí	800.000,00
Rio de Janeiro	900.000,00
Rio Grande do Norte	800.000,00
Rio Grande do Sul	900.000,00
Rondônia	800.000,00
Roraima	800.000,00
Santa Catarina	900.000,00
São Paulo	1.000.000,00
Sergipe	800.000,00
Tocantins	800.000,00
TOTAL	22.700.000,00

30) Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta em todos os níveis de gestão do SUS, efetivando o Plano Operativo pactuado na CIT – Comissão Intergestores Tripartite

O Plano Operativo (Resolução nº 03 de dezembro de 2011) da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (Portaria nº2866 de 02 de dezembro de 2011) foi pactuado na reunião da Comissão Intergestores Tripartite de novembro de 2011. O Plano Operativo define as ações de saúde para implementação da Política no âmbito do SUS no período de 2012 a 2015. Foram pactuados 04 eixos:

Eixo 1: Acesso das populações do campo e da floresta na atenção à Saúde

Eixo 2: Ações de promoção e vigilância em saúde às populações do campo e da floresta.

Eixo3: Educação Permanente e Educação Popular em Saúde com foco nas populações do campo e da floresta.

Eixo4: Monitoramento e avaliação do acesso às ações e serviços de saúde às populações do campo e da floresta.

Foram realizados 06 (seis) "Seminários Regionais de Gestão Participativa e Políticas de Promoção da Equidade: um desafio para a gestão do SUS" em 2012, pelo Departamento de Apoio à Gestão Participativa, da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, com o objetivo de definir uma agenda de compromisso para inserção das políticas de promoção da equidade, estimulando a formação de espaços colegiados (comitês) e fortalecendo a gestão participativa nos estados, entre elas, a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Definição de implantação de 14 Comitês Estaduais, - Grupo da Terra, em 14 estados (GO, MT, CE, MA, PI, PE, BA, ES, SP, RS, SC, RR, PA e AM), até o final de 2014.

Além disso, os Seminários Regionais de Gestão Participativa e Políticas de Promoção da Equidade: um desafio para a gestão do SUS teve como tema discutido as mudanças na gestão do SUS a partir do Decreto 7508/11, que regulamentou a Lei Orgânica da Saúde e estabeleceu o Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP), com a finalidade de organizar e integrar as ações e serviços de saúde em redes regionalizadas, definindo responsabilidades, indicadores e metas de saúde para os entes federados. Os Estados do Ceará e Mato Grosso do Sul já assinaram o COAP. (Ministério da Saúde)

31) Dotação e implementação de uma política de valorização e interiorização de profissionais de saúde, em especial para municípios de pequeno porte, e para comunidades rurais

O PROVAB - Portaria Interministerial nº 2.087/2011, oferece incentivos aos médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas que optarem por atuar nas equipes de Saúde da Família e outras estratégias de organização da atenção básica, em municípios com carência de profissionais, em áreas

de extrema pobreza e periferias das regiões metropolitanas, contemplando também equipes que desenvolvem a atenção à saúde das populações ribeirinhas, quilombolas, assentadas e indígenas. Foram contratados 283 médicos em 2012. d) De 2010 até 2012, houve um aumento de cerca de 38% dos repasses financeiros do Piso da Atenção Básica para municípios pequeno porte. Além disso, 151 unidades odontológicas móveis foram implantadas, para pequenos municípios. O Ministério da Saúde está financiando a reforma de 1410 Unidades Básicas de Saúde municípios com 40% ou mais de população rural. (Ministério da Saúde)

32) Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta

Implementar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta em todos os níveis de gestão do SUS, efetivando o Plano Operativo pactuado na CIT – Comissão Intergestores Tripartite, de modo a estabelecer e pactuar no âmbito das CIB (Comissão Intergestores Bipartite), Contratos Organizativos das Ações Públicas de Saúde (COAPS), com estabelecimento de diretrizes, metas e recursos específicos que visem organizar e ampliar a rede pública de prestação de serviços de saúde nos municípios com população até 50 mil habitantes, assegurada a participação e o controle social no âmbito da regionalização.

No Brasil temos 4.961 municípios abaixo de 50 mil habitantes, em outubro 2012 já temos 17.152 Equipes de Saúde das Famílias em comunidades rurais nestes municípios. Os estados Ceará e Mato Grosso do Sul já assinaram o COAP. (Ministério da Saúde)

33) Orçamento e Recursos específicos para a saúde quilombola no âmbito dos municípios

Está garantido no PPA pelo Programa 1336 - Brasil Quilombola, Ação 8215 - Atenção à Saúde das Populações Quilombolas. Mecanismos de descentralização. Custo: 1.200.000 por ano. (Ministério da Saúde)

34) Capacitação dos Agentes de Saúde que atuam nas Comunidades Quilombolas

O Ministério da Saúde em parceria com a FIOCRUZ está organizando capacitação de 50.000 agentes comunitários de saúde por ano no total de 150.000 até o ano de 2015, temos que levantar a demanda de quilombolas para inserir no primeiro ano de capacitação. (Ministério da Saúde)

35) Política Nacional de Promoção da Equidade, conforme Art. 11º e 13º do Decreto nº 7.508

O MS desenvolveu Campanha Nacional Contra o Racismo Institucional. Institucionalizou a Política Nacional de Promoção da Equidade, conforme Art. 11º e 13º do Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011; Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e em processo de pactuação na CIT as Políticas Nacional de Saúde Integral das Populações do campo e da

Floresta e LGBT. Realizar Seminário de Promoção de Equidade em outubro de 2011, visando construir o pacto interfederativo para o desenvolvimento de ações de promoção de equidade no SUS. Realizar a 2ª Campanha Nacional Contra o Racismo Institucional. (Ministério da Saúde)

36) Atendimento Odontológico – Programa Brasil Sorridente

Atualmente estão funcionando 862 Centros de Especialidades Odontológicas, 674 Laboratórios de Próteses Dentárias e 20.763 equipes de Saúde Bucal da Estratégia Saúde da Família presentes em 87% dos municípios brasileiros. Entrega de 51 Unidades Odontológicas Móveis em 2011, sendo priorizados os municípios pertencentes aos territórios da cidadania. Ampliação de 100 Centros de Especialidades Odontológicas/ano, 330 laboratórios de próteses dentárias/ano, 1452 Equipes de Saúde Bucal/ano e entrega de 109 Unidades Odontológicas Móveis até o final de 2011. (Ministério da Saúde)

37) Política de Valorização dos Trabalhadores/as da Saúde no SUS que atuam em municípios rurais

A Portaria Interministerial nº 2.087/2011, oferece incentivos aos médicos, enfermeiros e cirurgiões-dentistas que optarem por atuar nas equipes de Saúde da Família e outras estratégias de organização da atenção básica, em municípios com carência de profissionais, em áreas de extrema pobreza e periferias das regiões metropolitanas, contemplando também equipes que desenvolvem a atenção à saúde das populações ribeirinhas, quilombolas, assentadas e indígenas. Foram contratos 283 médicos em 2012. d) De 2010 até 2012, houve um aumento de cerca de 38% dos repasses financeiros do Piso da Atenção Básica para municípios pequeno porte. Além disso, 151 unidades odontológicas móveis foram implantadas, para pequenos municípios. O Ministério da Saúde está financiando a reforma de 1410 Unidades Básicas de Saúde municípios com 40% ou mais de população rural. (Ministério da Saúde)

38) Pesquisas com Plantas Medicinais e de novos métodos anticoncepcionais que não sejam nocivos à saúde da mulher

Foi celebrado convênio (TC 93/2012) entre Ministério da Saúde e a Fundação Universidade Federal do Amapá para desenvolvimento do projeto “Estudos orientados de revisão, análise, sistematização de informações científicas e publicações na área de medicamentos e insumos estratégicos para o SUS”. Este projeto está sendo desenvolvido por grupos colaboradores constituídos por pesquisadores, pós-graduandos e graduandos, com expertise na área de plantas medicinais, de Instituições de Ensino das diversas regiões do país. O objetivo é de que os resultados direcionem e fortaleçam as pesquisas das espécies da Rénisus, especialmente as nativas, identifiquem demandas de modificações e/ou criação de nova legislação, produção de medicamentos fitoterápicos por

laboratórios públicos e/ou privados, produção de publicações técnico-científicas com plantas nativas brasileiras. E ainda, contribua com a assistência farmacêutica, atuando na promoção da segurança e eficácia de plantas medicinais e fitoterápicos usados na atenção básica em saúde.

Quanto à pesquisa, entre 2002-2010, foram fomentados, pelo MINISTÉRIO DA SAÚDE/SCTIE/DECIT no valor de R\$ 10 milhões, 119 projetos na área de plantas medicinais e fitoterápicos, em diferentes subagendas, principalmente na da Assistência Farmacêutica, sendo 47,1% dos projetos na região Nordeste, 18,5% nas regiões Norte e Sudoeste, 9,2% na região Sul e 6,7% na região Centro-Oeste. Na modalidade de fomento, 78 são do PPSUS, 40 são de editais temáticos e um de contratação direta.

Quanto ao processamento de plantas medicinais e manipulação de fitoterápicos foi instituída, no SUS por meio da Portaria GM/MS nº 886/2010, a Farmácia Viva, cuja regulamentação de boas práticas é de competência da ANVISA, e que está para ser publicada agora em abril/2013.

Também estão sendo regulamentados pela ANVISA, os produtos tradicionais fitoterápicos.

O Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos prevê a promoção e o reconhecimento das práticas populares e tradicionais de uso de plantas medicinais e remédios caseiros. Entretanto, este é um assunto que ainda está sendo debatido no âmbito do Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, porque existem implicações da legislação sanitária e da penal.

Em 2012, foram apoiados, pelo MS/SCTIE no valor de R\$ 10,2 milhões, 14 arranjos produtivos locais de plantas medicinais e fitoterápicos no âmbito do SUS, cujos projetos objetivam desenvolver a cadeia produtiva, desde o cultivo de plantas medicinais, até a dispensação destas e de fitoterápicos, para os usuários do SUS. Estes projetos contam com a parceria de associações e sindicato de agricultores familiares, urbanos e periurbanos. Destaque para o APL de Itapeva/SP que envolve associações de mulheres agricultoras. (Ministério da Saúde)

39) Valorização dos saberes e práticas tradicionais previstas nas políticas de saúde voltadas para as populações do campo e da floresta (PNSIPCF) e nas Práticas Integrativas e Complementares (PICs)

A União, Estados e Municípios, desde 2007, tem financiado medicamentos homeopáticos e fitoterápicos, entre os medicamentos da assistência farmacêutica básica. A partir deste ano, serão financiados insumos de origem vegetal, como as plantas medicinais, para serem utilizados nas Farmácias Vivas e nas farmácias de manipulação do SUS.

Desde 2010, o DAF/SCTIE/MS tem apoiado a estruturação da assistência farmacêutica em plantas medicinais e fitoterápicas, em municípios e estados, além daqueles projetos de arranjos produtivos locais. (Ministério da Saúde)